



PROVA DE INGRESSO NO MÓDULO III

Edital 011/2018

INSTRUÇÕES GERAIS – LEITURA OBRIGATÓRIA

1. Você está recebendo o caderno de prova, que contém, em suas páginas, 60 (sessenta) questões objetivas da Prova seletiva objetiva- 1º Etapa e 3(três) questões discursivas da Prova Seletiva Discursiva – 2º Etapa. Confira o caderno, e se ele não estiver completo chame o fiscal.
2. Você está recebendo também um cartão-resposta contendo sessenta questões da Prova seletiva objetiva - 1º Etapa e 3(três) questões discursivas da Prova Seletiva Discursiva – 2º Etapa, os quais **NÃO PODEM SER SUBSTITUÍDOS**. Portanto, somente marque a resposta quando você tiver certeza de que ela é correta.
3. O cartão-resposta não pode ser rasurado, sob pena de desclassificação das respostas rasuradas.
4. Você deve marcar apenas uma letra em cada questão objetiva.
5. Para evitar possíveis enganos no preenchimento do cartão-resposta, anote primeiro as alternativas que você julgou corretas no próprio caderno de prova. Depois, marque-as no cartão-resposta.
6. Não é admitido o uso de material estranho ao caderno de prova, mesmo para rascunho, nem se permitirá qualquer comunicação entre os candidatos.
7. Ao final da prova você deverá devolver ao fiscal o gabarito preenchido e devidamente assinado no local indicado.
8. A duração da prova é de 4 (quatro) horas. A saída do candidato só será permitida após transcorrida 1 (uma) hora do início. Os três últimos candidatos a terminarem a prova deverão retirar-se da sala simultaneamente.
9. O gabarito com as respostas será publicado no portal da Esmesc, após às 15h do dia 19 de maio de 2018.
10. O dia 21 de maio de 2018, às 15h, é a data limite para o envio de recursos da prova Período para a interposição dos recursos à Prova seletiva objetiva- 1º Etapa. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: secretaria@esmesc.org.br.
11. O resultado final da primeira etapa será divulgado até o dia 24 de maio de 2018.
12. O período para a interposição de recursos a Prova Seletiva Discursiva – 2º Etapa, vai de 09 de junho até 11 de junho de 2018, às 12h. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: secretaria@esmesc.org.br.
13. Todos os recursos devem ser encaminhados em formulário próprio disponível na página da Esmesc. Recursos apresentados em outros formulários não serão recebidos.

BOA PROVA!

Florianópolis, 19 de maio de 2018



PROVA DE INGRESSO NO MÓDULO III
Editais 011/2018
Prova Seletiva Objetiva – 1ª Etapa

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Assinale o período INCORRETO quanto ao uso dos porquês:

- a) Não foi favorável porque o tema é bastante polêmico.
- b) Não foi favorável e não disse por quê.
- c) Não contou o porquê de não ter sido favorável.
- d) Não foi favorável e não informou o por que disso.

2. Sobre o uso dos porquês, está CORRETA a frase:

- a) Por quê ele demorou tanto para comparecer à audiência?
- b) Quería saber por que ele demorou tanto para comparecer à audiência.
- c) É desconhecido o porque dele ter demorado tanto.
- d) Não sei porquê ele demorou tanto.

3. Assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE as lacunas:

- I. O juiz se referiu _____ carta.
 - II. O oficial escreveu _____ carta.
 - III. O diretor se referiu _____ esta carta.
- a) à – a – a.
 - b) à – a – à.
 - c) a – a – a.
 - d) à – à – à.

4. Marque a alternativa em que a crase (ou falta dela) está aplicada CORRETAMENTE:

- a) Começou à ventar muito forte.
- b) A cidade a qual nos referinos fica longe.
- c) Não falei nada as outras estudantes.
- d) Chegou à uma hora em ponto.

5. De acordo com o uso da vírgula, marque a única frase CORRETA:

- a) O réu afirmou, que não tinha mais nenhuma resposta sobre o assunto.
- b) Os acusados disseram também, que não foram ouvidos na fase policial.
- c) É necessário dizer, ainda, que o recurso é intempestivo.
- d) É necessário, ainda, dizer, que a denúncia foi inepta.

6. Assinale a alternativa em que pelo menos uma palavra apresenta ERRO no uso do hífen, conforme a nova ortografia:

- a) contra-ataque / bio-organismo.
- b) metassedimento / mono-hidratação.
- c) infrahepático / hipossuficiente.
- d) coobrigado / semifinal.

7. Assinale a alternativa CORRETA em relação ao hífen na nova ortografia:

- a) subregião.
- b) subssalário.



TIPO 2

- c) sub-rogar.
- d) subhumano.

8. De acordo com a regência, assinale a alternativa em que fica evidente o ERRO:

- a) A decisão acarretou prejuízos.
- b) Agradeceu ao juiz.
- c) Assistiu à sessão.
- d) A classe obedeceu o professor.

9. Sobre colocação pronominal, assinale a única assertiva CORRETA:

- a) Nunca disseram-lhe nada.
- b) Nenhum dos passageiros se feriu no acidente.
- c) Peço a Vossa Excelência que dispense-me dessas formalidades.
- d) Depois, me encaminhei para a testemunha e solicitei que me contasse toda a história.

10. Sobre a acentuação gráfica na nova ortografia, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Preciso pôr as coisas em ordem.
- b) O candidato nervoso pára a prova de repente.
- c) Ele mantém a calma para realizar a prova do concurso.
- d) Os residentes têm muitas tarefas no gabinete.

DIREITO CIVIL

11. Sobre o Processo de Tomada de Decisão Apoiada é INCORRETO afirmar:

- a) Será determinada pelo juiz por meio de procedimento de jurisdição voluntária, de competência da Vara da Família.
- b) O beneficiário do apoio conservará a sua autodeterminação em todos os atos que não estejam incluídos no acordo. Portanto, para a satisfação de atos ordinários da vida cotidiana, não necessitará de auxílio dos apoiadores.
- c) A tomada de decisão apoiada não surge em substituição à curatela, mas lateralmente a ela, em caráter concorrente, jamais cumulativo.
- d) Trata-se de processo pelo qual a pessoa com deficiência elege pelo menos uma pessoa idônea, com a qual mantenha vínculos e que goze de sua confiança, para prestar-lhe apoio na tomada de decisão sobre atos da vida civil.

12. Os tutores são responsáveis civilmente pelos atos ilícitos praticados pelos tutelados. Sobre essa responsabilidade civil é CORRETO afirmar:

- a) Trata-se de responsabilidade civil subjetiva, dependendo da prova de culpa do tutor no exercício do múnus que lhe foi atribuído.
- b) Não é possível ao tutor o ressarcimento das despesas havidas e decorrentes do dano causado pelo menor de idade.
- c) Trata-se de responsabilidade civil objetiva, independentemente de sua culpa e o tutor somente responderá pelo prejuízo causado se provada a culpa do tutelado.
- d) O próprio tutelado pode ser responsabilizado, desde que solidária e condicionalmente.

13. Marcos Pereira, aos 15 anos, fez testamento público, dispondo que se ao tempo de seu falecimento tivesse herdeiros necessários, a parte disponível de sua herança deveria ser destinada para a instituição de caridade “Porto do Carinho”, onde ele realizava trabalho voluntário. Marcos faleceu com 40 anos, tendo deixado dois filhos, sem ter feito outro testamento. Nesse caso:

**TIPO 2**

- a) O testamento realizado é válido e deverá ser cumprido integralmente.
- b) O testamento realizado é nulo, tendo em vista a existência de herdeiros necessários.
- c) O testamento realizado é ineficaz, tendo em vista a existência de herdeiros necessários.
- d) O testamento realizado é nulo, tendo em vista a inexistência de legitimação para testar à época de sua realização

14. Sobre o Direito Sucessório é CORRETO afirmar:

- a) A procedência da petição de herança gera o reconhecimento da ineficácia da partilha em relação ao autor da ação, dispensada a anulação da partilha, bastando simples pedido de retificação da partilha realizada anteriormente.
- b) O herdeiro aparente, ainda que de boa-fé houver pago um legado, está obrigado a prestar o equivalente ao verdadeiro sucessor.
- c) Somente é reconhecido direito sucessório ao cônjuge ou companheiro sobrevivente se, ao tempo da morte do outro, não estavam separados de direito, nem separados de fato há mais de um ano, salvo prova, neste caso, de que essa convivência se tornara impossível sem culpa do sobrevivente.
- d) Pelo princípio da função social da propriedade, não pode o testador estabelecer cláusula de inalienabilidade, impenhorabilidade e de incomunicabilidade sobre os bens da legítima.

15. Sobre o Direito de Construir, é INCORRETO afirmar:

- a) Em se tratando de vãos, ou aberturas para luz, seja qual for a quantidade, altura e disposição, o vizinho poderá, a todo tempo, levantar a sua edificação, ou contramuro, ainda que lhes vede a claridade.
- b) Na zona rural, não será permitido levantar edificações a menos de três metros do terreno vizinho.
- c) Não é lícito encostar à parede divisória chaminés, fogões, fornos ou quaisquer aparelhos ou depósitos suscetíveis de produzir infiltrações ou interferências prejudiciais ao vizinho.
- d) É possível abrir janelas, ou fazer eirado, terraço ou varanda, a menos de metro e meio do terreno vizinho.

16. Sobre os Direitos da Personalidade é CORRETO afirmar:

- a) Em se tratando de morto ou de ausente, são partes legítimas para requerer a proteção de sua honra, da boa fama ou de sua respeitabilidade o cônjuge, os ascendentes, os descendentes e colaterais até o segundo grau.
- b) O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.
- c) Os direitos da personalidade, em sua totalidade, são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- d) Ainda que com autorização, não é possível a utilização de nome alheio em propaganda comercial.

17. A obrigação alternativa é uma obrigação jurídica complexa com pluralidade de objetos, na qual o devedor cumpre a obrigação quando presta apenas um deles. Assim, PODE-SE AFIRMAR:

- a) A escolha cabe sempre ao credor.
- b) Podem as partes convencionar que a escolha caiba ao credor.
- c) Inexequíveis ambas as obrigações, o credor poderá reclamar o valor de ambas.
- d) Em se tratando de prestações anuais, a opção, uma vez feita, é obrigatória para todas as prestações.



TIPO 2

18. As disposições legais relativas ao casamento estabelecem regras para a sua existência, validade e eficácia. Nesse sentido, é INCORRETO afirmar:

- a) Excepcionalmente, em caso de gravidez, será permitido o casamento de quem ainda não alcançou a idade núbil.
- b) Até a celebração do casamento podem os pais, tutores ou curadores revogar a autorização concedida.
- c) A pessoa com deficiência mental ou intelectual em idade núbil poderá contrair matrimônio, expressando sua vontade diretamente ou por meio de seu responsável ou curador.
- d) A única hipótese de casamento nulo é aquela em que este é contraído com infração aos impedimentos matrimoniais.

19. Vício redibitório é aquele decorrente dos contratos comutativos, em que a coisa apresenta um vício oculto que a torna imprópria ao uso ou que diminua seu valor, podendo o contratante rejeitá-la, exigir reparação ou abatimento do preço. Sobre a sua disciplina legal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O adquirente decai do direito de obter a redibição ou abatimento no preço no prazo de trinta dias se a coisa for móvel, e de um ano se for imóvel, contado da entrega efetiva; se já estava na posse, o prazo conta-se da alienação, reduzido à metade.
- b) Em vez de rejeitar a coisa, redibindo o contrato, pode o adquirente reclamar abatimento no preço.
- c) A responsabilidade do alienante subsiste ainda que a coisa pereça em poder do alienatário, se perecer por vício oculto, já existente ao tempo da tradição.
- d) Se o alienante conhecia o vício ou defeito da coisa, restituirá o que recebeu com perdas e danos; se o não conhecia, tão-somente restituirá o valor recebido.

20. Há solidariedade, quando na mesma obrigação concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado, à dívida toda. Sobre o regime jurídico da obrigação solidária é INCORRETO afirmar:

- a) Se um dos credores solidários falecer deixando herdeiros, cada um destes só terá direito a exigir e receber a quota do crédito que corresponder ao seu quinhão hereditário, salvo se a obrigação for indivisível.
- b) A um dos credores solidários não pode o devedor opor as exceções pessoais oponíveis aos outros.
- c) Impossibilitando-se a prestação por culpa de um dos devedores solidários, subsiste para todos o encargo de pagar o equivalente, inclusive as perdas e danos.
- d) O credor pode renunciar à solidariedade em favor de um, de alguns ou de todos os devedores.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21. Na data de 17 de março é prolatada a sentença. Na data de 18 de março entra em vigor nova lei que altera a sistemática recursal e revoga os dispositivos anteriores relativos à matéria. Consoante este enunciado, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Segundo o sistema processual vigente, a decisão deverá ser republicada, sob pena de nulidade.
- b) Segundo o sistema processual vigente, a decisão poderá ser impugnada por recurso regulado pela lei processual nova.
- c) Segundo o sistema processual vigente, a decisão poderá ser impugnada por recurso regulado pela lei processual revogada.
- d) Absolutamente todos os atos processuais praticados após 18 de março deverão estar de acordo com a lei processual nova, sem aplicação da lei revogada.



TIPO 2

22. Sobre a reclamação, assinale a alternativa CORRETA:

- a) É modalidade *sui generis* de recurso.
- b) Em sua natureza jurídica, constitui incidente processual vinculado ao processo de origem.
- c) Somente será cabível após esgotadas as instâncias ordinárias.
- d) Possui natureza jurídica de ação de competência originária dos tribunais.

23. Fulano foi citado por hora certa em ação monitória movida por Beltrano. Ficou sabendo, efetivamente, da existência do processo somente após sofrer constrição de seus ativos depositados em instituição bancária. Isso porque, após a citação, se manteve inerte, e a monitória se converteu em execução na modalidade cumprimento da sentença.

Considerando o enunciado acima, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A citação, na hipótese, será nula, pois não se admite citação por hora certa nas ações monitórias.
- b) O magistrado acertou ao converter a ação monitória em execução, mas errou ao fazê-lo na modalidade cumprimento da sentença, pois não há qualquer título executivo judicial nesse processo.
- c) Na hipótese, o procedimento adotado está rigorosamente de acordo com a lei e, portanto, é válido.
- d) É inadmissível a penhora de ativos como primeira hipótese em ação monitória, pois deve-se preservar a menor onerosidade do executado, e essa modalidade de penhora é a mais onerosa.

24. Sobre o benefício da justiça gratuita, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Pode ser concedido tanto a pessoa natural como a pessoa jurídica, mediante simples declaração de hipossuficiência.
- b) Pode ser alterado o benefício anteriormente concedido ao devedor, a requerimento do advogado da parte vencedora, para converter a inexigibilidade em parcelamento dos honorários sucumbenciais.
- c) A concessão do benefício não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.
- d) A concessão do benefício isenta o beneficiário do pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios.

25. Fulano propõe nunciação de obra nova em face de Beltrano, em decorrência de um obra realizada em um terreno lindeiro que alterou a sua topografia e causou erosão. Beltrano é o empreiteiro que trabalha na obra e alegou, em contestação, a sua ilegitimidade passiva. O terreno não possui certidão de matrícula junto ao Registro de imóveis, sendo impossível a Fulano descobrir quem é o seu real proprietário. Diante dessa situação, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O juiz deverá extinguir o feito, sem resolução de mérito, por ilegitimidade passiva de Beltrano, e condenar Fulano ao pagamento das custas e honorários sucumbenciais na monta de 10% sobre o valor dado à causa.
- b) O réu não possui qualquer dever legal de indicar ao autor quem é o verdadeiro legitimado para figurar no polo passivo da demanda.
- c) O réu, na hipótese, tem o dever legal de nomear ao autor quem é o verdadeiro legitimado para figurar no polo passivo da ação, sob pena de, não o fazendo, ser sucumbente nas custas e honorários, mais eventual indenização, mesmo com a consequente extinção do feito sem resolução de mérito.
- d) A hipótese traz caso típico de denunciação da lide.



TIPO 2

26. Os meios executivos, segundo a doutrina de Araken de Assis (Manual da Execução, 18, ed., São Paulo: RT, 2016), podem ser diretos ou indiretos. Os meios indiretos são aqueles através dos quais o juiz faz uso da coerção processual, enquanto os diretos, da sub-rogação. Considerando o enunciado acima, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O juiz poderá alterar o valor e a periodicidade das *astreintes* vencidas, se o valor se tornar excessivamente oneroso para o executado.
- b) O juiz somente poderá expedir o mandado de busca e apreensão após realizar a liquidação das benfeitorias indenizáveis existentes no imóvel.
- c) O juiz dirigirá o processo conforme as disposições do CPC, incumbindo-lhe determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestações pecuniárias.
- d) A prisão do devedor de alimentos não é modalidade de execução indireta, mas de responsabilização do executado pelo inadimplemento.

27. Fulano propõe pedido de tutela cautelar de sequestro de bens em caráter antecedente em face de Beltrano. O sequestro tem por finalidade preservar os bens do casal cujo registro de propriedade se encontra exclusivamente em nome de Beltrano, e garantir a eficácia da partilha a ser realizada em futura ação de divórcio litigioso. O juiz concede a tutela de urgência e determina o sequestro de três veículos. Considerando o enunciado acima, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Se, devidamente citado e intimado da decisão, Beltrano não interpuser o respectivo recurso, a tutela se tornará estável.
- b) Fulano deverá indicar, na inicial, quais serão os pedidos principais a serem formulados, sob pena de inépcia.
- c) A audiência de conciliação ou de mediação, na hipótese, será obrigatória.
- d) Não sendo contestado o pedido, os fatos alegados pelo autor presumir-se-ão aceitos pelo réu como ocorridos, caso em que o juiz decidirá dentro de 5 (cinco) dias.

28. Sobre os atos do relator no tribunal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Não lhe incumbe apreciar o pedido de tutela provisória nos recursos e nos processos de competência originária do tribunal.
- b) Não lhe incumbe conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida.
- c) Incumbe-lhe dirigir e ordenar o processo no tribunal, inclusive em relação à produção de prova, bem como, quando for o caso, homologar autocomposição das partes.
- d) Incumbe-lhe, liminarmente e sem facultar a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a Súmula do Supremo Tribunal Federal.

29. Sobre os recursos no Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Se o recurso extraordinário interposto não tiver repercussão geral, o relator lhe negará a admissibilidade.
- b) Admitido o recurso extraordinário por um fundamento, devolve-se ao Supremo Tribunal Federal o conhecimento dos demais fundamentos para a solução do capítulo impugnado.
- c) Não é cabível recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal.
- d) Na hipótese de interposição conjunta de recurso extraordinário e recurso especial, os autos serão remetidos ao Supremo Tribunal Federal.



TIPO 2

30. Assinale a assertiva que esteja CORRETA em relação à execução de alimentos:

- a) A prisão poderá ocorrer em qualquer dos regimes de privação de liberdade previstos na lei penal, desde que, em caso de cumprimento da pena nos regimes aberto e semi-aberto, o executado faça uso de tornozeleira eletrônica.
- b) O cumprimento do prazo máximo de prisão, que poderá ser de até 4 meses, não ilide a dívida.
- c) A prisão é uma modalidade de responsabilidade pessoal pelo inadimplemento dos alimentos.
- d) Quando utilizado o desconto em folha de pagamento, esse desconto não poderá ultrapassar 50% dos rendimentos líquidos do executado.

DIREITO PENAL**31. Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:**

- I - Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.
 - II - Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.
 - III - A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, desde que não decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
 - IV - A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticados antes de sua vigência.
- a) I e III incorretas.
 - b) II e IV corretas.
 - c) I e II corretas.
 - d) Somente a I correta.

32. Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

- I - O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, responde pelo crime consumado.
 - II - Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até a data da publicação da sentença, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.
 - III - Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.
 - IV - Se o fato é cometido sob coação resistível ou em estrita obediência a ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.
- a) Somente as assertivas I e a II estão incorretas.
 - b) Somente a assertiva III está correta.
 - c) Somente as assertivas I, II e IV estão corretas.
 - d) Todas as assertivas estão incorretas.

33. Analise as assertivas abaixo sobre o concurso de pessoas e assinale a alternativa CORRETA:

- I - Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.
- II - Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um a dois terços.
- III - Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.
- IV - As circunstâncias e as condições de caráter pessoal dos agentes sempre se comunicam entre os concorrentes, mesmo quando elementares do crime.

**TIPO 2**

V - O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) As assertivas I, III, IV e V estão corretas.
- c) Somente a assertiva IV está incorreta.
- d) As assertivas I, III e V estão corretas.

34. Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

I - No regime semiaberto, o trabalho externo e admissível, bem como a frequência a cursos supletivos profissionalizantes, de instrução de segundo grau ou superior.

II - No regime fechado, o trabalho externo é admissível, em serviços ou obras públicas.

III - No regime aberto, o condenado deverá, fora do estabelecimento e sem vigilância, trabalhar, frequentar curso ou exercer outra atividade autorizada, permanecendo recolhido durante o período noturno e nos dias de folga.

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Todas as assertivas estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

35. Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

I - A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação, ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada.

II - Em regra geral, a prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr do dia em que o crime se consumou e não do dia em que ocorreu a ação delitiva.

III - No caso de evadir-se o condenado ou de revogar-se o livramento condicional, a prescrição é regulada pelo total da pena imposta.

IV - Apenas no caso da prescrição da pretensão executória, são reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de vinte e um anos, ou, na data da sentença, maior de setenta anos.

- a) As assertivas III e IV estão incorretas.
- b) Apenas a assertiva III está incorreta.
- c) Apenas a assertiva II está incorreta.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

36. Analise as assertivas abaixo sobre o crime de homicídio e assinale a alternativa CORRETA:

I - Qualquer pessoa pode praticar homicídio. Trata-se de crime comum.

II - Trata-se de crime unissubjetivo, ou seja, basta uma pessoa para o crime seja caracterizado, a pluralidade de sujeitos não integra o tipo.

III - Permite concurso eventual de agentes tanto na co-execução (coautoria) quanto na participação.

IV - Quando há concurso de pessoas, com um mandante (partícipe) e um executor (autor realizou atos de execução), ambos responderão pelo crime na medida de sua culpabilidade.

- a) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- d) Todas estão corretas.



TIPO 2

37. Analise as assertivas abaixo sobre os crimes contra a honra e assinale a alternativa CORRETA:

I - Comete calúnia quem faz uma falsa acusação, alegando que determinada pessoa cometeu um crime, como por exemplo, acusar alguém de roubo sem que a pessoa de fato o tenha cometido.

II - A difamação é a ofensa à dignidade de uma pessoa com xingamentos e insultos, utilizando adjetivos negativos para se referir a ela e afetando sua dignidade e autoestima.

III - A injúria pode acontecer da forma verbal ou física, com um tapa no rosto, por exemplo que é considerado humilhante.

IV - Na calúnia, é possível exceção da verdade; busca demonstrar a atipicidade do ato, pois o fato imputado seria verdadeiro.

V - Ocorre injúria real quando a injúria consiste em violência ou vias de fato, que, por sua natureza ou meio empregado, se considerem aviltantes.

- a) Somente a assertiva II está incorreta.
- b) Somente as assertivas II e V estão incorretas.
- c) Todas as assertivas estão corretas.
- d) Somente as assertivas I, III e V estão corretas.

38. Analise as assertivas abaixo sobre crimes patrimoniais e assinale a alternativa CORRETA:

I - O furto é crime material, não existindo sem que haja efetivo desfalque do patrimônio alheio.

II - Furto cometido por escalada é aquele em que é utilizada uma via anormal para penetrar na casa ou local em que vai operar a subtração. O reconhecimento de tal qualificadora exige que o agente se utilize de instrumentos (escadas, cordas etc.) ou atue com agilidade ou esforço incomum para vencer obstáculo.

III - No roubo a subtração pode ser feita contra certa pessoa e a violência exercida também contra terceiro.

IV - Nos termos legais o latrocínio não exige que o evento morte esteja nos planos do agente. Basta que ele empregue violência ou a grave ameaça para roubar e que resulte a morte para que se tenha como caracterizado o delito.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Somente as assertivas I e II estão corretas.
- c) Somente as assertivas I, II e IV estão corretas.
- d) Somente as assertivas I, II e III estão corretas.

39. Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

I – No crime de peculato-culposo, o funcionário público concorre culposamente para que outrem cometa o crime. Com a reparação, a qualquer tempo, do dano do peculato culposo antes da sentença irreversível, extingue-se a punibilidade.

II – O tipo penal do emprego irregular de rendas ou verbas públicas (art. 315, CP) prevê a criminalização da conduta que dá às verbas públicas finalidade ou destino diferente daquele que lhe é estabelecido em lei, visando proteger a regularidade da Administração Pública. Aqui o funcionário não usa as verbas para proveito próprio, e sim para a própria Administração, porém para um destino diferente daquele que é previsto em lei.

III – Na concussão, o funcionário público constrange, exige a vantagem indevida. A vítima, temendo alguma represália, cede à exigência. Já na corrupção passiva, há mero pedido, mera solicitação de vantagem indevida. A concussão, portanto, descreve fato mais grave

IV – No crime de prevaricação, o funcionário público age ilicitamente no desempenho de suas

**TIPO 2**

funções por razões pessoais, e não pela busca por uma vantagem indevida tal como ocorre na corrupção passiva. Na prevaricação, o funcionário, por exemplo, beneficia alguém por ser seu amigo ou parente, ou prejudica uma pessoa por ser seu desafeto ou concorrente.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Todas as assertivas estão incorretas.
- c) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.

40. Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

I – O crime de denúncia caluniosa (art. 339 do CP), assim como o de calúnia (art. 138 do CP), só se consuma quando contada a falsa imputação criminosa para uma autoridade com o intuito de movimentar a máquina judiciária.

II - O dolo do crime de comunicação falsa de crime (art. 340 do CP) é a vontade de comunicar a ocorrência da infração penal inexistente, com o fim de provocar ou aceitar o risco de causar a ação da autoridade. Logo, não ocorre o crime quando houver dúvida por parte do agente ou atuando ele com dolo eventual.

III – O crime de falso testemunho (art. 342 do CP) se trata de crime de mão própria, significando que só pode ser praticado pelo sujeito em pessoa (testemunha, perito, interprete ou tradutor), excluindo-se a coautoria.

IV - Não se admite favorecimento pessoal (art. 348 do CP) por omissão. Assim, não configura o delito, a atitude do agente que deixa de informar à autoridade policial sobre o paradeiro ou esconderijo de um criminoso.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

DIREITO PROCESSUAL PENAL**41. Acerca dos princípios que norteiam o sistema processual penal brasileiro, é CORRETO afirmar:**

- a) O *in dubio pro reo* vigora durante todo o processo penal, desde o momento do oferecimento e recebimento da denúncia até o seu trânsito em julgado.
- b) O estado de inocência impede que sejam tomadas quaisquer medidas que cerceiem a liberdade do acusado ou investigado antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.
- c) O duplo grau de jurisdição é sempre obrigatório e está expresso na Constituição Federal.
- d) A busca da verdade real permite que o juiz, em determinados casos, tenha iniciativa probatória a fim de dirimir dúvida sobre ponto relevante do processo, como determinar a oitiva de testemunha referida ou instaurar incidente de falsidade documental.

42. Considerando as assertivas abaixo estampadas, assinale a alternativa VERDADEIRA no que tange ao Inquérito Policial:

I- Caso a ação penal seja proposta com base no inquérito, este deve ser juntado àquela.

II – Deve sempre ser iniciado de ofício em caso de ação penal pública, qualquer que seja.

III – Segundo Código, possui prazo de término de 30 dias, sempre.

IV – Tem como destinatários imediatos o ofendido e o Ministério Público, a fim de que possam analisar a existência de indícios de autoria e materialidade para eventual propositura de ação penal.

V – Poderá o indiciado preso ser mantido incomunicável por decisão do juiz.

- a) Somente as alternativas I, II e V são falsas.

**TIPO 2**

- b) Nenhuma alternativa está correta.
- c) Somente as alternativas I e IV são verdadeiras.
- d) Todas alternativas estão corretas.

43. Tendo em conta as peculiaridades que envolvem o interrogatório no processo penal, é ERRÔNEA a seguinte assertiva:

- a) É ato não sujeito à preclusão, podendo ser renovado a pedido das partes ou por decisão do juiz.
- b) É imprescindível a participação de advogado no ato, inclusive porque permitido a este solicitar esclarecimentos ao acusado.
- c) É nulo o interrogatório do réu menor se não assistido por curador.
- d) Tem por regra ser o último ato de instrução, porque antes de ser ato de formação de prova, é considerado momento da autodefesa, onde necessário o conhecimento prévio das provas.

44. É ACERTADO afirmar em relação ao procedimento comum previsto no Código Processual Penal:

I - A resposta à acusação é peça obrigatória, não podendo a instrução ser iniciada sem sua apresentação.

II - O procedimento comum será ordinário, sumário ou sumaríssimo.

III - Poderá a denúncia ou queixa ser rejeitada de plano pelo juiz, sendo apenas cabível contra esta decisão a apelação.

IV - As alegações finais, por regra, serão escritas, mas poderá o juiz, se assim consentirem as partes, permitir que sejam apresentadas oralmente.

V - É admitida a inversão da ordem da oitiva das testemunhas de acusação e defesa caso esta concorde com tal.

- a) Apenas as alternativas III e IV estão corretas.
- b) Apenas as alternativas I, II e V estão corretas.
- c) Somente a alternativa III está errada.
- d) Apenas as alternativas II e V estão corretas.

45. No tocante às prisões processuais penais é INCORRETO aduzir:

- a) Uma vez revogada a prisão preventiva, poderá o juiz novamente decretá-la caso surjam circunstâncias posteriores que a tornem necessária.
- b) A prisão temporária não pode ser decretada de ofício pelo juiz.
- c) A prisão preventiva somente pode ser decretada se não for cabível sua substituição por outra medida cautelar alternativa.
- d) Pode o magistrado decretar de ofício a prisão preventiva tanto na fase do inquérito como durante o curso da ação penal.

46. Assinale a alternativa onde NÃO HÁ acerto na afirmação em relação à Lei dos Juizados Especiais Criminais (Lei n. 9.099/95):

- a) O Ministério Público poderá propor a transação penal se houver representação ou em caso de crime de ação penal pública incondicionada, desde que não seja caso de arquivamento.
- b) São consideradas infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.
- c) A suspensão condicional da pena pode ser proposta ao ser oferecida a denúncia, não sendo tal benefício exclusivo aos delitos de menor potencial ofensivo.
- d) Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa caberá recurso em sentido estrito.



TIPO 2

47. As medidas cautelares alternativas à prisão são de uso corrente e deveras relevante no processo penal. Aponte dentre as alternativas abaixo aquela que NÃO PODE ser considerada verdadeira sobre o tema:

- a) Caso descumpridas, importam em revogação automática e decretação da prisão preventiva.
- b) Podem ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente.
- c) Devem ser utilizadas quando necessárias, mas também observando a adequação à gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do atingido.
- d) Podem ser aplicadas tanto na fase de investigação como durante a instrução criminal.

48. A responsabilidade civil decorrente da prática do delito é matéria prevista na legislação tanto na esfera penal como na cível. Assinale a opção CORRETA considerando as assertivas abaixo lançadas:

I - Não havendo prova suficiente de participação do réu na infração penal, sendo assim absolvido, torna-se impossível a ação reparatória contra o mesmo.

II - Embora de aplicação discutível, o Código de Processo Penal permite que, na sentença penal condenatória, seja fixado valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração.

III - Se a absolvição se dá com base no reconhecimento de que o fato não constitui infração penal, impossível o manejo de ação de reparação de danos contra o acusado.

IV - A sentença penal absolutória nem sempre exime o réu do dever de indenizar a vítima.

V - Reconhecida a prescrição da pretensão executória, resta impossibilitada a pretensão de propositura de ação cível indenizatória contra o réu.

- a) Apenas as alternativas II e IV estão corretas.
- b) Apenas as alternativas I e IV estão corretas.
- c) Somente a alternativa III está errada.
- d) Apenas as alternativas II e V estão corretas.

49. Quanto às nulidades no processo penal, NÃO É correto afirmar:

- a) As nulidades relativas estão sujeitas à preclusão e, portanto, podem ser tais atos convalidados.
- b) Não pode qualquer ato ser anulado se não restou configurado prejuízo a pelo menos uma das partes.
- c) Uma vez reconhecida a nulidade de um ato, todos os que forem praticados após este serão obrigatoriamente declarados nulos também
- d) As nulidades absolutas, via de regra, podem ser reconhecidas de ofício e em qualquer grau de jurisdição.

50. Considerando os recursos no âmbito penal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Vigora o chamado princípio da unirrecorribilidade, o qual não possui exceções.
- b) Não se admite o princípio da fungibilidade recursal, exclusivo do processo civil.
- c) Há o denominado efeito extensivo, aplicável quando, havendo concurso de agentes, a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos demais que não recorreram.
- d) Não há previsão legal para os chamados recursos de ofício ou obrigatórios.

DIREITO CONSTITUCIONAL

51. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa são fundamentos da República Federativa do Brasil.
- b) A autodeterminação dos povos é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

**TIPO 2**

- c) Construir uma sociedade livre, justa e solidária é dos princípios das relações internacionais da República Federativa do Brasil.
- d) Garantir o desenvolvimento nacional é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.

52. Em relação aos Direitos Fundamentais assinale a alternativa CORRETA:

- a) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, indenpente da previsão legal sobre o exercício profissional.
- b) A liberdade de expressão possui ampla proteção constitucional, ficando sujeita apenas ao controle prévio de seu conteúdo por parte do Estado.
- c) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
- d) a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo permitida a interferência estatal em seu funcionamento.

53. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica de direito publico no exercício de atribuições do Poder Público.
- b) conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais líquidos e certos.
- c) Uma das hipóteses de concessão de habeas data é para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- d) qualquer pessoa é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

54. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) A competência privativa da união é uma competência de caráter administrativo.
- b) Compete concorrentemente a União e aos Municípios legislar sobre o horário de funcionamento do comércio.
- c) No âmbito da competência concorrente a superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário
- d) É competência comum legislar sobre direito civil.

55. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão
- b) As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida.
- c) No caso de Deputado ou Senador que perder ou tiver suspensos seus direitos políticos, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por



TIPO 2

maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

d) Não perderá o mandato o Deputado ou Senador investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou chefe de missão diplomática temporária.

56. Em relação a Ordem Social assinale a alternativa CORRETA:

a) A saúde é direito de todos e dever da Sociedade, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

b) A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

c) A sociedade garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

d) A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, salvo as determinadas pelo legislador no caso de edição de leis, conforme o disposto na Constituição.

57. Assinale a alternativa CORRETA:

a) A soberania nacional é um dos princípios da ordem econômica.

b) As empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.

c) Dependerá de autorização ou concessão estatal o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.

d) Constituem monopólio dos Estados- Membros a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos

58. Assinale a alternativa CORRETA:

a) São de iniciativa privativa do Procurador Geral da República as leis que fixem organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios

b) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

c) É vedada a reedição, na mesma legislatura, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

d) O veto será apreciado em sessão separada da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria dos Deputados e Senadores.

59. Em relação a Ação Direta de Inconstitucionalidade assinale a alternativa CORRETA:

a) Na ADI em caso de necessidade de esclarecimento de matéria ou circunstância de fato ou de notória insuficiência das informações existentes nos autos, poderá o relator requisitar informações adicionais, designar perito ou comissão de peritos para que emita parecer sobre a questão, ou fixar data para, em audiência pública, ouvir depoimentos de pessoas com experiência e autoridade na matéria.

b) Os partidos políticos são considerados, pela jurisprudência do STF, como legitimados

**TIPO 2**

especiais na propositura de ADI.

c) A liminar em em ADI, possui efeito regra Ex Tunc, podendo, por decisão de 2/3 dos membros do STF, ter efeitos Ex Nunc.

d) Proposta ADI não poderá ocorrer a desistência, salvo quando expressamente autorizada pelo Relator.

60. Assinale a alternativa CORRETA:

a) O réu na Ação Declaratória de Constitucionalidade será o responsável pelo ingresso da norma defendida no ordenamento jurídico.

b) Qualquer cidadão é parte legítima para propositura de Arguição de Descumprimento de Preceito fundamental, fundada em controvérsia judicial relevante.

c) Cabe a propositura de Ação Declaratória de Constitucionalidade, junto ao STF, para defesa de lei ou ato normativo de Estado-Membro.

d) A liminar em ADPF poderá consistir na determinação de que juízes e tribunais suspendam o andamento de processo ou os efeitos de decisões judiciais, ou de qualquer outra medida que apresente relação com a matéria objeto da arguição de descumprimento de preceito fundamental, salvo se decorrentes da coisa julgada



PROVA DE INGRESSO NO MÓDULO III
Editais 011/2018
Prova Seletiva Discursiva – 2ª Etapa

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Ler e reler o texto costuma ser ato contínuo do redator. Essa exigência muitas vezes torna árduo o ato de redigir, mas não há outra fórmula senão a de autoanalisar o próprio texto. Para escrever no impessoal, devemos conhecer e ter segurança nas regras gramaticais e na estrutura frasal profunda e complexa da língua portuguesa. Sendo assim, faça a correção da citação a seguir, caso pertinente, no tocante às regras da língua portuguesa. Apresente a justificativa da correção em até 10 linhas:

CITAÇÃO: “Tratam-se de processos licitatórios. Sendo assim, necessitam-se de especialistas no assunto.”



TIPO 2

DIREITO

2. As Constituições não devem ser imunes à ação do tempo. Toda Constituição tem vida e está aberta à dinâmica da realidade que não pode ser apreendida por meio de fórmulas fixas. No âmbito das Constituições classificadas como rígidas, os mecanismos de mudança constitucional subdividem-se em formais e informais. Em um texto de 10 linhas conceitue os mecanismos de mudança formal e informal da Constituição, identificando as limitações materiais expressas no texto constitucional de 1988 ao Poder de reforma constitucional.

**DIREITO**

3. A empresa Materiais de Construção Alfa Ltda., com sede na cidade de Tubarão, estado de Santa Catarina, propõe execução, fundada em títulos executivos extrajudiciais, representados por duas duplicatas no valor total de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), vencidas, não pagas e devidamente protestadas, em face da sociedade empresária Construtora Beta Ltda., com sede em Criciúma, estado de Santa Catarina, decorrente de fornecimento de materiais de construção.

Durante o processo ficou evidenciada a falta de bens de propriedade da executada, bem como, foi comprovado o fato de os sócios e administradores terem utilizado a pessoa jurídica como instrumento para fins fraudulentos, objetivando, inclusive, frustrar o cumprimento das obrigações com a credora.

Aduz, ainda, que a sociedade executada, por intermédio de seus sócios e administradores, nos últimos anos, vem praticando, repetidamente, atos que denotam o excesso de mandato direcionados a um fim estranho à sua função social, devidamente comprovados e que a sua dívida total, hoje, representa um valor expressivo.

Considerando os fatos relatados acima, responda:

- a) Qual a medida jurídica, prevista na legislação brasileira, que a credora Materiais de Construção Alfa Ltda. poderá instaurar como forma de preservar seus direitos creditórios? Fundamente a resposta.**
- b) Em que fase do processo é cabível essa medida jurídica?**
- c) Quais os efeitos que poderão advir caso o juiz admita a medida proposta pela sociedade empresária Materiais de Construção Alfa Ltda.?**